

Hierocracia e inovação, dinâmica do conceito na *Sociologia da Dominação*

Hierocracy and innovation, concept dynamics in *Sociology of Domination*



Luciano Sathler¹
luciano.sathler.ead@gmail.com

Resumo

O presente texto tem por objetivo comparar o uso do conceito hierocracia, em sua dinâmica de ampla complexidade, nos vários papéis históricos que assume, especialmente quanto à sua influência no desenvolvimento da modernidade ocidental. O texto principal utilizado para essa análise é Sociologia da Dominação, de Max Weber. Verifica-se a relação da hierocracia com o poder político, pequena burguesia, burguesia, capitalismo, democracia e direitos humanos. Algumas considerações são feitas sobre a hierocracia enquanto conceito fundamental ao desenvolvimento da sociologia weberiana, como um constructo teórico necessário para a compreensão do que é racionalidade, modernidade, desencantamento do mundo e individualismo heroico, elementos essenciais do pensamento do autor.

Palavras-chave: *hierocracia, Sociologia da Dominação, Weber.*

Abstract

This paper aims to compare the use of the concept of hierocracy, in its dynamic complexity, in various historical roles it assumes, especially in terms of its influence on the development of Western modernity. The main text used for this analysis is Sociology of Domination, by Max Weber. The article discusses the relationship of hierocracy with political power, petty bourgeoisie, bourgeoisie, capitalism, democracy and human rights. It makes some considerations about hierocracy as fundamental to the development of Weber's sociology, as a necessary step to understand what is rationality, modernity, disenchantment of the world and heroic individualism, which are essential elements of the author's theoretical constructs.

Keywords: *hierocracy, Sociology of Domination, Weber.*

Elementos constituintes da hierocracia

No texto "A psicologia social das religiões mundiais", a *hierocracia* é especificada por Weber² como uma das formas organizadas de camadas decisivas para o desenvolvimento da religião, sendo caracterizada pela busca do monopólio da administração dos valores religiosos e pela defesa da exclusividade sacerdotal na atribuição de bens religiosos. O controle exercido pela *hierocracia* afirma a impossibilidade do indivíduo alcançar qualquer salvação ou 'graça' por meio de iniciativas pessoais, sejam elas comunitárias ou isoladas (Weber, 1982, p. 326). *Hiero* é um radical combinatório que vem do grego *hierós*, que significa aquilo que é 'sagrado' ou 'sacro'.

¹ Universidade Metodista de São Paulo. Rua do Sacramento, 230, Rudge Ramos, 09640-000, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

² O presente texto é uma hermenêutica que busca chegar mais próximo da mentalidade weberiana em uma de suas definições centrais. Considero uma homenagem póstuma ao Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci pelo incentivo a essa metodologia de reflexão-registro acadêmica.

O monopólio da atribuição de bens religiosos deve caminhar junto à formação sistemática e racional de sacerdotes aptos à compreensão, defesa e disseminação da doutrina. A doutrina é compreendida com um "*sistema racional de pensamento religioso*", capaz de ordenar uma ética coerente e especificamente religiosa. No entanto, essa não é uma característica universal, pois existiram camadas sacerdotais que não desenvolveram uma doutrina própria, nos termos aqui apresentados, e, mesmo assim, podem ser compreendidas como *hierocracias*, tais como a *hierocracia* dos fenícios, como nos explica Weber em sua *Sociologia da Religião*, na única vez que usa a exata palavra nesse longo, complexo e importante texto (Weber, 1999, p. 295).

O conceito *hierocracia* é mais detalhado no texto *Sociologia da Dominação*, quando parece ganhar vida enquanto sujeito que se relaciona com outros atores sociais e avança no tempo com diferentes posicionamentos, interesses e alianças.

Hierocracia e poder político

A hierocracia nasce quando há associação da hierarquia religiosa com governantes que precisam ser legitimados por instâncias sacerdotais, as quais se tornaram distintas o bastante do poder político e fortes o suficiente para serem consideradas como autenticadoras do poder real. O reconhecimento do soberano como a encarnação de um deus é algo que só pode ser declarado pelos conhecedores profissionais do divino (Weber, 1978, p. 363).

Quanto às duas formas em que se manifesta a *hierocracia*, a tradução do alemão para o inglês se apresenta mais clara ao classificar a primeira delas, "(1) a ruler who is legitimated by priests, either as an incarnation or in the name of God" (Weber, 1978, p. 1159), do que a edição brasileira, que explica "(1) do soberano sacerdotal, esteja este legitimado como encarnação ou como soberano querido por Deus" (Weber, 1999, p. 364). Trata-se de uma diferença importante, sendo que a ideia de um governante legitimado por sacerdotes é bem diferente da concepção de um rei-sacerdote, que já se encontra de certa forma delimitada na próxima definição weberiana: "(2) do soberano que ocupa o cargo sacerdotal, exercendo como sacerdote também as funções do rei" (Weber, 1999, p. 364).

A segunda definição weberiana é o caso-limite da legitimação do poder político pela camada sacerdotal, quando se estabelece a realeza dos sacerdotes. A maior autoridade religiosa tem em suas mãos também o poder secular. Talvez seja o mais próximo que já existiu de um *tipo-ideal* da *hierocracia*, quando o soberano político ocupa simultaneamente o cargo máximo sacerdotal, ou seja, uma *teocracia*. A dominação religiosa e política coincidem na mesma pessoa.

Outra forma de relação entre o poder político e religioso é a do "soberano cesaropapista, isto é, do soberano secular

que, em virtude de um direito próprio, possui também o poder supremo em assuntos religiosos" (Weber, 1999, p. 364). Aqui já se trata de algo profundamente ameaçador à *hierocracia*, por se tratar de uma força que independe da associação sacerdotal, da doutrina propagada por essa camada e de qualquer legitimação que não venha da própria esfera política, de conquistas bélicas ou do carisma pessoal. Foi o caso dos imperadores romanos, quando assumiram sua divindade coincidente ao cargo. Mais recentemente, a consagração de Napoleão e a coroação da imperatriz Josefina foram realizadas pelo próprio imperador francês, no ano de 1804, ainda no espírito antieclesiástico da Revolução Francesa. Ainda que não tenha existido a coincidência do poder sacerdotal e político no reinado, a pintura de Jacques-Louis Davi³, encomendada para registrar a ocasião, destaca alguns profissionais eclesiásticos assustados com a cena.

A partir de certo ponto, Weber usa o conceito de *hierocracia* como sujeito capaz de agir para aproximar, repelir e até combater outras camadas sociais.

Hierocracia e novos atores sociais: pequena burguesia, burguesia e proletariado

Por se opor ao surgimento de uma aristocracia secular guerreira e independente, a *hierocracia* chegou a se unir à pequena burguesia, que buscava refrear os poderes sem limites dos senhores feudais e reis plenipotenciários. Por outro lado, a característica de oposição ao carisma heroico da *hierocracia* acaba por ser útil aos estados conquistadores na domesticação de povos conquistados, o que levou algumas vezes ao apoio do poder político ao poder hierocrático (Weber, 1999, p. 364).

O cesaropapismo, enquanto submissão total do poder sacerdotal ao secular, sempre encontrou limites diante de algum carisma eclesiástico, algo sempre perigoso para o poder político enfrentar. A *hierocracia* tendia a ocorrer onde: (i) a qualificação religiosa fora racionalizada, (ii) havia desenvolvido uma doutrina sistemática, (iii) se estabeleceu um aparato burocrático próprio (Weber, 1999, p. 365). Isso lhe dava condições de negociar com o poder secular quais os limites e influências que um teria sobre o outro.

No caso de um poder político em acordo com a *hierocracia*, esta tende a buscar que o aparato secular sirva como guardião do poder sacerdotal, chegando-se a ponto de tentar despojar os meios de controle secular para que somente a hierarquia eclesiástica tenha condições de exercer, na prática, a dominação. "A hierocracia cria um aparato administrativo autônomo, hierocraticamente dirigido, desenvolve um sistema tributário próprio (dízimo) e formas jurídicas (fundações) para assegurar bens de raiz eclesiásticos" (Weber, 1999, p. 367).

³ Quadro 'Consagração do imperador Napoleão I e coroação da imperatriz Josefina na Catedral de Notre-Dame de Paris, em dois de dezembro de 1804', Jacques-Louis Davi.

A *hierocracia* está pronta para se tornar uma 'igreja' quando: (i) tem seu estamento de sacerdotes separado do mundo, formados para serem profissionais, com plano de carreira, salários, deveres e conduta regulamentada intra e extraprofissionalmente, (ii) exerce pretensões de dominação 'universalistas', que extrapolam a família, o clã, a tribo e as barreiras étnico-nacionais, (iii) estabelece doutrina e rituais culturais racionalizados, registrados de forma escrita sacralizada, comentados e ensinados sistematicamente, (iv) desenvolve um caráter *institucional*, pois o carisma está vinculado à instituição e ao cargo, não à pessoa. Weber diferencia as igrejas das *seitas*, na medida em que as últimas são formadas por pessoas qualificadas por um carisma pessoal que as diferencia do mundo ao redor, enquanto nas igrejas as pessoas já nascem como parte dela e dependem da instituição para estabelecerem sua relação com o divino. O autor lembra que o Islã, o lamaísmo, o mahdismo, o judaísmo e a *hierocracia* egípcia tardia foram os únicos capazes de produzir 'igrejas' como aqui descritas (Weber, 1999, p. 368).

Mesmo prescindindo do poder político, a *hierocracia* católica romana, por exemplo, dispõe de meios para impor suas pretensões, tais como a excomunhão e a exclusão de participação nos cultos, que funcionam como verdadeiros boicotes sociais e até econômicos, marcando para a comunidade quem deve ser evitado, sendo essa forma de eliminação algo próprio a toda *hierocracia* (Weber, 1999, p. 369).

Nesse esforço de dominação, a *hierocracia* acaba por se tornar oposta a toda forma de carisma genuinamente pessoal, que aponta para a autonomia, por ameaçar a *instituição-igreja*, que classifica os novos profetas, místicos e milagreiros independentes como hereges ou mágicos. É a cotidianização do carisma, que busca fazer desaparecer tudo que saia do processo de burocratização da administração nas mãos de bispos e presbíteros (Weber, 1999, p. 369).

Com sua atitude *institucional* de rejeição a todo carisma pessoal dissociado do *cargo*, a *hierocracia* teve dificuldade com uma comunidade religiosa carismática quando essa se estabeleceu no seu seio, a do *monacato*, que rejeita compromissos mundanos tais como o matrimônio, a profissão, o trabalho, o cargo, a propriedade, o convívio com a comunidade política e qualquer outra comunidade que não a de outros monges. Ao longo do tempo, a igreja transformou o monacato de um caminho para a salvação pessoal até ser considerado uma preparação ao trabalho no serviço à autoridade hierocrática (Weber, 1999, p. 370).

Nesse sentido, as comunidades monacais saem de uma atitude de oposição ao trabalho, antes considerado demasiado distante da perfeição celeste, para encontrar nas obras mundanas uma forma de expressar sua devoção ao divino, o que dá condições às *hierocracias* para realizarem grandes templos, construções, bibliotecas e outros resultados que tornam visíveis, ainda que minimamente, a 'glória indizível de Deus'. Weber compara essa situação à da cotidianização do carisma, "[...] assim que a união extática ou contemplativa com Deus, de um estado que o indivíduo pode alcançar por dotação carismática e graça, transforma-se em um objetivo aspirado por muitos e, sobretudo,

em um estado de graça que se pode alcançar por determinados meios ascéticos enumeráveis, isto é, um estado adquirível, a ascese torna-se objeto de um 'empreendimento' metódico [...]" (Weber, 1999, p. 372).

Essa mudança da ascese com vistas ao trabalho e à valorização do monacato para ocupar cargos importantes na estrutura hierocrática, somados à introdução do celibato e à valorização dos monges como mestres-escolas, acabam por levar o poder político a fazer uso dos ascetas em seu aparato burocrático. A influência dos monges sobre as massas dominadas revela o que costuma ser mais forte na dominação hierocrática, ou seja, a regulamentação hierocrática da vida, que vai além do *carisma do cargo* e chega à conduta pessoal (Weber, 1999, p. 374).

Existiram tensões entre o monacato e o poder político, especialmente quando esse último tentava se intrometer em assuntos estritamente religiosos. Também os monges atriavam com o *carisma do cargo* hierocrático, por suas tendências de institucionalização e acomodação ao funcionamento do mundo (Weber, 1999, p. 374).

Por fim, à medida que a racionalização da ascese avançava até se transformar num método colocado a serviço exclusivo da disciplina, o monacato acabou por colaborar com a *centralização e racionalização burocrática da estrutura de dominação da igreja*, por sua vida metódica, de constante autocontrole e rejeição ao que é deleite ou compromisso com deveres que não servissem aos seus compromissos profissionais para com a instituição-igreja (Weber, 1999, p. 375).

A *hierocracia*, institucionalizada, burocrática, doutrinária, angariadora de bens econômicos de raiz, essa estrutura e forma de poder ficou obrigada a estabelecer compromissos com a realidade econômica e política para se manter. Nesse sentido, fica mais claro a que nível a relação com o poder político chega, pois geralmente há coincidência territorial do deus próprio com a área de dominação do soberano (Weber, 1999, p. 376).

Após discorrer sobre a relação do poder hierocrático com o monacato e a realidade econômica, Weber retoma o tema da *hierocracia* como aliada do poder político, tanto na legitimação desse último quanto na domesticação de povos dominados (Weber, 1999, p. 378).

Daí parte para lembrar que, graças às fatalidades históricas (acazos), não há como afirmar a *determinabilidade* relacionada aos sentimentos religiosos de um povo nos resultados da luta pelo poder. Ressalta também que não se trata de atribuir à falta de uma orientação dualista para o Além por parte da religião o motivo de uma menor presença da *hierocracia*, como foi o caso de Roma Imperial, já que, por exemplo, a *hierocracia* judaica não tem essa orientação e, no entanto, se estabeleceu como tal. No Egito, as enchentes do Nilo contribuíram para o desenvolvimento da *hierocracia*, menos pela dependência das forças naturais e do trabalho próprio do que pela união entre racionalização do Estado e da camada sacerdotal, com as observações astronômicas e especulações sobre o Além que relacionassem o novo conhecimento que se formava com a autoridade necessária à sua aceitação. Outra evidência dos 'acazos' seria que

no Japão, apesar dos constantes terremotos, os senhores feudais não permitiram nenhuma *hierocracia* permanecer ou se fortalecer ao longo do tempo. Já no reino dos sassânidas, a *hierocracia* zoroástrica se estabeleceu apesar da situação naquele contexto não ter nada a ver com o feudalismo (Weber, 1999, p. 379).

Hierocracia e capitalismo

Ainda que não seja possível estabelecer relações causais determinísticas entre influência de *hierocracias* e os resultados de lutas pelo poder, Weber afirma que são frequentes as relações entre as estruturas hierocráticas e as condições socioeconômicas nas quais estas existem, como já mencionado nos casos da associação entre *hierocracia* e burguesia, por um lado, e *hierocracia* e poderes feudais, por outro. Outro exemplo seria a característica tipicamente urbana da igreja cristã primitiva, que acaba por influenciar na desclassificação dos camponeses por vários teólogos, inclusive da *hierocracia* puritana (Weber, 1999, p. 380).

As 'interiorizações' e racionalizações do religioso, isto é, especialmente a introdução de normas e mandamentos éticos, a transformação dos deuses em poderes éticos que querem o 'bem' e castigam o 'mal', e, portanto, obrigados eles mesmos a cumprir certas exigências éticas, e sobretudo o desenvolvimento do sentimento do 'pecado' e do desejo da 'salvação' quase sempre só apareceram, portanto, paralelamente a certo desenvolvimento do trabalho artesanal, na maioria dos casos diretamente ligado ao desenvolvimento das cidades (Weber, 1999, p. 381).

Na citação, fizemos uma pequena correção que altera bastante o sentido da frase, que parecia incorreta na tradução brasileira, ao trocar a palavra "portando", sem vírgulas, para "portanto" colocada entre vírgulas. Pareceu-nos mais de acordo, inclusive, com a edição em inglês "[...] now the gods themselves must conform to moral expectations [...]" (Weber, 1978, p. 1179).

Uma nova ênfase, que antes vinha sendo apenas levemente delineada por Weber, assume aqui uma força que marca o transcurso do restante do texto. Ao ligar intrinsecamente *cidades, trabalho artesanal e ordem hierocrática*, o autor estabelece uma tese que relaciona a *hierocracia* entre as condições precípua à sua concepção de capitalismo. Exemplifica com a *hierocracia* judaica, como uma contraposição entre a cidade de Jerusalém e o campo. A afinidade entre camada sacerdotal e pequena burguesia urbana se confirma também na coincidência de adversários: as linhagens feudais. Esse desenvolvimento da *hierocracia* rumo a um sistema ético-racional de ideias religiosas encontrou nas classes burguês-urbanas uma forte repercussão (Weber, 1999, p. 382).

A *hierocracia* teve dificuldades na manutenção de seu aparato burocrático racional quando o fundamento da *economia não monetária senhorial-territorial* era predominante, sobrevivendo graças à vida comunitária monástica, de característica quase comunista, situação que só mudou com o estabe-

lecimento das cidades. Aqui Weber alerta que, mesmo com essas argumentações e exemplos, ainda assim é difícil estabelecer "regras gerais sobre a condicionalidade econômica da hierocracia", ainda que se possa "formular a significação da dominação da hierarquia sacerdotal, por sua vez, para o desenvolvimento econômico" (Weber, 1999, p. 383).

Um exemplo da dificuldade com 'regras gerais' é como a *hierocracia* teve uma divergência clara com os interesses da burguesia, graças aos empreendimentos comerciais e artesanais monásticos, responsáveis pelo sustento da estrutura burocrática eclesiástica, mais preocupados em garantir uma autonomia econômica baseada em fundações territoriais. Esse modelo era antipático à exploração com fins unicamente lucrativos da burguesia, baseada na lógica industrial (Weber, 1999, p. 384).

Mais importante do que seu papel economicamente ativo, a *hierocracia* influencia a esfera econômica em seu papel de estrutura de dominação e regulamentação ética da vida. O judaísmo nasceu de uma "comunidade hierocrático-burguesa liderada por profetas, sacerdotes e, por fim, por intelectuais com formação teológica que não se interessava pelo Além e aspirava ao restabelecimento, no Aquém, de um reino nacional destruído". Já o cristianismo teve um início fundamentalmente diferente. No entanto, as origens tão diferenciadas não impediram que a hierocracia se estabelecesse em ambos os contextos, "passada a época dos heróis carismáticos da religião e concluída a adaptação à vida cotidiana" (Weber, 1999, p. 386).

"A hierocracia é o poder mais estereotipador que existe". Apegada à tradição, não havia como a *hierocracia* não sentir antipatia ao capitalismo, um poder não apenas alheio a isso como intrinsecamente apegado à inovação permanente (Weber, 1999, p. 386).

A aversão era exarcebada graças também ao fato da *hierocracia* ocidental ser a única de todas que desenvolveu não só um direito eclesiástico racional como também um processo jurídico racional, posicionando-se favoravelmente quanto à adoção do direito romano, como forma de se contrapor às linhagens feudais em sua visão própria de justiça. Já o capital, graças ao seu caráter crescentemente 'impessoal', não podia se sujeitar a uma regulamentação ética ou às decisões de tribunais eclesiásticos (Weber, 1999, p. 387).

A 'competitividade', o 'mercado' – mercado de trabalho, mercado financeiro, mercado de bens –, considerações 'objetivas', nem éticas nem antiéticas, mas simplesmente aéticas, indiferentes a toda ética, determinam o comportamento nos pontos decisivos e colocam instâncias impessoais entre as pessoas atingidas [...] tem o caráter de um 'serviço' prestado a uma finalidade objetiva impessoal (Weber, 1999, p. 387).

Essas condições ferem os postulados sociais mais elementares de qualquer hierocracia de uma religião eticamente racionalizada, cujos princípios – alimentados por esperanças escatológicas – são essencialmente antieconômicos (Weber, 1999, p. 387).

Ao discorrer sobre a proibição da usura pela igreja, Weber mostra como a *hierocracia*, em sua autonomia crescente, adaptou sua prática e casuística para dar conta da ideia da cobrança de juros, proibição que a realidade econômica se recusava a obedecer e acabou por se instalar até mesmo na própria estrutura sacerdotal racionalizada (Weber, 1999, p. 390).

A igreja sempre esteve atrasada em relação aos fatos econômicos, o que já não aconteceu com as Seitas. A igreja foi uma forte influência negativa sobre a mentalidade, no que se relaciona ao capitalismo, pois fomenta o não capitalismo ou até mesmo o anticapitalismo.

A igreja foi e continua sendo – em plena correspondência ao esquema de toda hierocracia – o apoio de toda autoridade patriarcal pessoal e de todas as formas de aquisição tradicionalistas, camponesas e pequeno-burguesas, contra os poderes do capitalismo [...] não encontra nenhuma ponte entre uma atitude racional, metódica, que considera o ganho capitalista a meta objetiva de uma 'vocação' e mede nele – e este é o ponto principal – a capacidade própria, na sua atitude orientada para a 'empresa' no sentido de capitalismo, e os supremos ideais de sua moralidade (Weber, 1999, p. 391).

E aí chegamos ao ponto da ruptura. A racionalização da dominação hierocrática do catolicismo romano, realizada em continuação às tradições romanas da Antiguidade, permitiu e deu forma ao desenvolvimento das ciências e à aplicação do direito, condições primordiais para o desenvolvimento do capitalismo. Nisso a hierocracia ocidental se diferenciou das religiões orientais, que não contavam com a autoridade doutrinal infalível, o que dificultava a formação de uma teologia que gerasse um pensamento filosófico racional (Weber, 1999, p. 392).

São, em resumo, a tensão e o compromisso peculiar entre o carisma de cargo e o monacato, por um lado, e, por outro, entre o caráter de Estado contratual feudal e estamental do poder político e a hierocracia racional e burocraticamente configurada, independente do primeiro, cujos caminhos apenas cruza, os fatores que carregavam em si os germes do desenvolvimento específico do Ocidente [...] a hierocracia ocidental viveu por toda parte – e isto também naquela época em grau sensível – em tensão com o poder político e constituiu o limite específico posto naquela época a este último, em oposição aos complexos puramente cesaropapistas ou puramente teocráticos da Antiguidade e do Oriente. Opõem-se aqui dominação a dominação, legitimidade a legitimidade, um carisma de cargo a outro, permanecendo como ideal na consciência dos dominadores e dos dominados a união de ambos (Weber, 1999, p. 393).

Hierocracia e democracia

A tese central aponta não só a *hierocracia* ocidental como um fato social da maior importância para o desenvolvimento do direito, das ciências e do capitalismo, como também a indica como *precursora de uma conformação cultural, habituada à diversidade negociada, que abriria espaço para a multipli-*

cidade democrática de opções. Encontra-se Weber novamente na trilha de suas buscas basilares, com vistas ao *racionalismo*, à *Modernidade*, à *burocracia*, ao *desencantamento do mundo* e ao *individualismo heroico*. Com muita sutileza, leva o leitor a encontrar no mais improvável espaço as sementes que, ao crescerem, tocam no cerne de sua obra bibliográfica, a discussão sobre a profunda mudança social que a humanidade atravessa em séculos recentes.

A partir daí passa a tratar de como a moderna democracia burguesa e o capitalismo modificaram as condições da dominação hierocrática, pois as "ciências naturais, portadoras do fundamento técnico do capitalismo, bem como o crescente racionalismo de uma vida progressivamente transparente e dominável viraram-se [...] contra as pretensões da hierocracia, com sua natureza autoritariamente orientada e apoiada nas autoridades tradicionais" (Weber, 1999, p. 394).

A burguesia e sua ética rigorista ameaçam a *hierocracia*, pois se liberam do poder da igreja e suas 'graças' administradas de forma monopolística. Passam, por isso, a serem consideradas pela *hierocracia* como caminhos que conduzem à heresia, sendo que a igreja se tornou refúgio para as camadas tradicionalistas ameaçadas pelo capitalismo e pelo poder da burguesia, tais como a nobreza, a monarquia, os camponeses e a pequena-burguesia (Weber, 1999, p. 394).

Diante do caráter inquebrantável da nova ordem capitalista, a *hierocracia* se dispõe a apoiar o avanço das classes trabalhadoras, ainda que tenham caído por terra todas as possibilidades de um 'socialismo cristão', isto é, hierocraticamente dirigido. Enquanto isso, o proletário moderno tolera a *hierocracia* no papel de sua representante gratuita, desde que siga nesse interesse (Weber, 1999, p. 394).

Na democracia modificam-se as condições de existência da *hierocracia*, que passa a depender do número de representantes políticos profissionais que estão dispostos a defender os interesses da igreja dentro da lógica político-partidária. As escolas são priorizadas pela hierocracia como espaços de influência, na busca de manterem alguma participação na formação ética do povo. Somente na democracia moderna a *hierocracia* concorda com a 'separação entre Estado e igreja', com seu potencial de perda de privilégios formais. Isso devido ao fato que existem maneiras variadas de obter recursos para a manutenção de sua estrutura burocrática, inclusive a 'tradicional' posse de terras, e de contar com a firmeza de partidários favoráveis à igreja nos parlamentos, com mais força ainda em sociedades pluralistas (Weber, 1999, p. 395).

A diversidade religiosa no Ocidente afetou a posição da *hierocracia* e teve alguma relação com fatores econômicos, mas entre as principais razões encontradas pelos reformadores para lutar contra a *hierocracia* estava a incapacidade desta de exercer algum controle da vida, ascese e disciplina eclesiástica como o faziam as seitas batistas e afins. A pequena burguesia não encontrou na *hierocracia* um maior teor de ética racional suficiente para atender sua questão de 'justificação' perante Deus, que incluía o trabalho e a conduta de vida, mesmo porque a

hierocracia foi historicamente constituída de uma forma que seus interesses no poder dificultaram sua adaptação às novas necessidades (Weber, 1999, p. 396-397).

Weber classifica entre os 'puritanos' apenas uma 'igreja', no sentido sociológico que definiu anteriormente, ou seja, uma '*instituição*' hierocrática: o calvinismo. Graças ao dogma que defende e que o define, a *doutrina da predestinação*, o calvinismo deveria excluir a dispensação de bens e também a relevância do comportamento do crente para sua salvação e bem-estar no Além. A rigor, o predestinado sequer precisaria de ser membro de uma igreja, pois seu destino estaria determinado no momento mesmo de seu nascimento. Por isso, a existência da igreja presbiteriana se devia única e exclusivamente para aumentar a honra e a glória de Deus, uma espécie de "*impassível razão de Estado divina*". Como era inescrutável o destino dado pela predestinação, isso causava um sentimento insuportável para o crente, que passou a depositar sua certeza de bem-estar no Além a partir da comprovação por resultados presentes em seu trabalho profissional, que exigiria um agir correto e rigoroso consigo mesmo e com os outros, comprovada a aprovação de Deus no sucesso materializado na forma de lucros (Weber, 1999, p. 398).

Também o judaísmo, em seu caráter institucional, é classificado por Weber como *hierocracia*, apesar do autor destacar algumas peculiaridades dessa religião. Assim como o calvinismo, a orientação da salvação para o Aquém indica que o sucesso econômico é sinal da bênção de Deus. Graças à educação religiosa, há um alto grau racional na condução de vida de um judeu, que leva a sério o estudo das escrituras sagradas. O desenvolvimento de uma *hierocracia* em solo estrangeiro, até como defesa de uma identidade como povo no desterro, foi parte do desenvolvimento de uma especialização no comércio monetário e mentalidade econômica que marcaram o Ocidente na Idade Média. No entanto, quanto à organização capitalista da indústria, marca do capitalismo moderno, não se pode atribuir aos judeus nenhuma influência decisiva sobre ela (Weber, 1999, p. 402).

Weber caracteriza uma seita como

uma comunidade religiosa que, conforme seu sentido e natureza, necessariamente tem que renunciar à universalidade e fundamentar-se no livre acordo de seus membros. Tem que fazê-lo porque pretende ser uma organização aristocrática, uma associação de religiosamente qualificados, e somente destes, e não, como as igrejas, uma instituição dispensadora de graça, que deixa sua luz brilhar sobre justos e injustos e quer conduzir precisamente os pecadores à observação dos mandamentos divinos [...] a comunidade é o aparato de seleção que distingue o qualificado do não-qualificado, pois o eleito ou qualificado

tem que evitar – pelo menos tratando-se do tipo puro de uma seita – o contato com o condenado (Weber, 1999, p. 403).

Essa comunidade que qualifica seus membros é uma espécie de 'chave' que abre portas para relações econômicas e sociais dos qualificados, o que implica uma intensidade imensa do efeito de um eventual desligamento e uma intensidade na educação da membresia que supera em muito a capacidade de controle da disciplina eclesiástica autoritária de uma *hierocracia* (Weber, 1999, p. 405).

Se na *hierocracia* o poder se baseava num carisma e num direito próprios da instituição, *carisma de cargo*, na seita o poder hierocrático está no indivíduo e depende de um carisma especificamente seu (Weber, 1999, p. 406). Está dado o princípio da 'liberdade de consciência', o primeiro direito humano, o de maior alcance, que garante liberdade diante de todo e qualquer poder, seja ele político, hierocrático, patriarcal ou de outro tipo (Weber, 1999, p. 407).

O final do texto weberiano é uma ode de esperança à livre ação do capital, com sua tendência a valorizar bens materiais e seres humanos (Weber, 1999, p. 408), em contraponto a hierocracias influenciadas pelo monaquismo ou poderes políticos que distanciam 'nobres de sangue azul' de meros plebeus.

Essa breve análise das múltiplas facetas das *hierocracias*, especialmente a *hierocracia* ocidental, demonstra que para Weber se tratava de um conceito fundamental para o desenvolvimento de sua teoria sobre a Modernidade. Interessante observar a visão weberiana de como a *liberdade de consciência* no Ocidente, parte do *desencantamento do mundo* e princípio para o *individualismo heroico*, nasce do embate permanente entre a dominação política e a dominação hierocrática. E como os direitos humanos encontram aí sua pequena seiva para tentar florescer e chegar ao debate mundial. Elucidativo, para não dizer premonitório.

Referências

- WEBER, M. 1978. *Economy and Society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley, University of California Press, vol. 2, 1643 p.
- WEBER, M. 1982. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 530 p.
- WEBER, M. 1999. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília/São Paulo, Editora da Universidade de Brasília/Imprensa Oficial, vol. 2, 580 p.

Submetido: 18/12/2013

Aceito: 11/03/2016